

ARRANJOS MONOPARENTAIS REFERENCIADOS POR MULHERES: O IMPACTO DE VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS SOBRE O NÍVEL DE GASTOS COM ALIMENTAÇÃO

SINGLE PARENTAL ARRANGEMENTS REFERRED TO BY WOMEN: THE IMPACT OF SOCIOECONOMIC VARIABLES ON THE LEVEL OF FOOD EXPENDITURE

HOGARES MONOPARENTALES REFERIDOS POR MUJERES: EL IMPACTO DE LAS VARIABLES SOCIOECONÓMICAS EN EL NIVEL DE GASTO EN ALIMENTACIÓN

Wellington Adilson Domingos Júnior¹
Márcia Fontes²

Resumo

O presente artigo busca identificar em que medida diferentes fatores socioeconômicos influenciam no nível de gastos com o consumo alimentar dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, a partir dos preceitos de vulnerabilidade social e econômica que alguns domicílios podem estar inseridos. Para a realização da análise, foram utilizados microdados provenientes da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2017/2018 (POF-2017/2018). De modo subsequente foi desenvolvido um modelo econométrico de regressão linear múltipla, para tal considerou-se como variável dependente o nível de gastos com consumo alimentar e como variáveis independentes o nível de renda, idade, cor, região, situação censitária, taxa de alfabetização, total de filhos e possuir ou não plano de saúde. Dentre os principais resultados constatou-se que determinadas características socioeconômicas quando sobrepostas, tendem a comprometer de forma significativa o nível de gastos com o consumo alimentar. Ademais identificou-se a existência de alguns domicílios monoparentais femininos que podem estar em maior situação de risco social do que outros, diante de especificidades da conjuntura social e econômica.

Palavras-chave: Mulheres. Monoparentalidade. Gastos. Alimentos.

Abstract

This article seeks to identify the extent to which different socioeconomic factors influence the level of expenditure on food consumption in single-parent households referenced by women, based on the precepts of social and economic vulnerability that some households may be inserted. To carry out the analysis, microdata from the 2017/2018 Household Budget Survey (POF-2017/2018) were used. Subsequently, an econometric model of multiple linear regression was developed, for which the level of expenditure on food consumption was considered as a dependent variable and as independent variables, income level, age, color, region, census status, literacy rate, total number of children and whether or not they have health insurance. Among the main results, it was found that certain socioeconomic characteristics, when superimposed, tend to significantly compromise the level of expenditure on food consumption. Furthermore, it was identified the existence of some single-parent female households that may be at greater social risk than others, given the specificities of the social and economic situation.

Keywords: Women. Single parenthood. Expenses. Food.

Resumen

Este artículo busca identificar en qué medida los diferentes factores socioeconómicos influyen en el nivel de gasto en consumo de alimentos en los hogares monoparentales referenciados por mujeres, a partir de los preceptos de vulnerabilidad social y económica que pueden estar insertos en algunos hogares. Para realizar el análisis se utilizaron microdatos de la Encuesta de Presupuestos Familiares 2017/2018 (POF-2017/2018). Posteriormente, se elaboró un modelo econométrico de regresión lineal múltiple, para el cual se consideró como variable dependiente el nivel de gasto en consumo de alimentos y como variables independientes, nivel de ingreso, edad, color, región, situación censal, tasa de alfabetización, número total de niños y si tienen o no seguro médico. Entre los principales resultados se encontró que ciertas características socioeconómicas, cuando se superponen, tienden a

¹ Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa, Mestre em Economia Doméstica com ênfase em Arranjos Domiciliares Monoparentais Referenciados por Mulheres. Doutorando em Famílias e Políticas Públicas pelo Departamento de Economia Doméstica-UFV. E-mail: wellingtondomingosjr@gmail.com.

² Professora Adjunto III da UFV, doutora em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Membro do grupo de pesquisa Famílias, Políticas Públicas, Desenvolvimento Humano e Social do DED/UFV. E-mail: marciabfontes@gmail.com.

comprometer significativamente el nivel de gasto en consumo de alimentos. Además, se identificó la existencia de algunos hogares monoparentales femeninos que pueden estar en mayor riesgo social que otros, dadas las especificidades de la situación social y económica.

Palabras clave: Mujer. Monoparentalidad. Gastos. Alimentación.

INTRODUÇÃO

Considera-se a família monoparental feminina como uma configuração domiciliar em que a família é referenciada exclusivamente por uma mulher, a qual assume as funções de prover e cuidar (Costa e Marra 2013; Almeida e Dalsenter, 2021). De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) referentes aos anos de 2002 e 2003, 26,3% dos domicílios estavam sob a responsabilidade única das mulheres e 73,7% dos homens. Já em 2015 observou-se que 40,5% dos domicílios eram de responsabilidade feminina chegando a 45% em 2018, situação que reforça uma tendência de crescimento dos arranjos domiciliares monoparentais referenciados por mulheres.

Para Mckenzie e Mckay (2018) Moilanen (2019) Alves et al. (2021) as famílias monoparentais femininas são, muitas vezes, relacionadas à situação de pobreza, diante da presença de aspectos como a dupla jornada de trabalho assumida pelas mães, conflitos entre atividades domésticas e empregatícias ou nas demais atribuições e sobrecargas que resultam em uma maior tendência de vulnerabilidade social e econômica.

Desse modo compreende-se que as mulheres enquanto mães no contexto da monoparentalidade, quando únicas responsáveis pelos domicílios, passam a ser consequentemente únicas provedoras, cabendo a elas as principais decisões referentes ao gasto e consumo, inclusive os gastos com alimentação que comprometem significativamente o orçamento familiar.

Domingos Júnior e Fontes (2021) destacam que há maior expressividade de domicílios monoparentais referenciados por mulheres em estratos compostos por indicadores socioeconômicos fragilizados, com baixos níveis de renda e escolaridade, ao mesmo tempo em que nota-se uma pequena parcela de domicílios monoparentais femininos em níveis socioeconômicos elevados. Em paralelo, Benatti *et al.* (2021) destaca que as condições intrínsecas à monoparentalidade feminina estão de acordo com os diferentes estratos sociais (níveis de renda) nos quais a mulher se encontra, que por sua vez tende a gerar significativos impactos na disponibilidade de bens e recursos para a obtenção de produtos básicos, tendo como destaque o consumo alimentar.

Logo os arranjos monoparentais referenciados por mulheres, tendem a sofrer maiores impactos diante de possíveis instabilidades econômicas, gerando reduções no nível de renda e

consequentemente na disponibilidade de recursos disponíveis para consumo, destacando-se os gastos com alimentação, considerado essencial para a manutenção dos indivíduos. Para os autores em crises globais os domicílios monoparentais femininos tendem a ter suas vulnerabilidades mais amplificadas, inclusive tratando-se da aquisição de alimentos, fator que por sua vez tende a intensificar os contextos de precariedade e risco social já presentes em alguns domicílios (Morais, 2020; Ramos, 2020; Callaghan, 2021).

Segundo Sharaunga *et al.* (2016), as decisões referentes ao nível de consumo alimentar estão atreladas aos diferentes níveis de renda, aos contextos socioeconômicos e à ótica do manejo de recursos, no que tange a quantidade suficiente para partilha entre todos os membros de um determinado domicílio. Sendo assim, pode-se inferir que existem diferentes níveis de consumo alimentar em arranjos domiciliares monoparentais femininos, paralelos à diferentes formas de vulnerabilidade social e econômica, sendo estes causados por um diverso conjunto de variáveis a serem destacadas ao longo do estudo.

Sobre a dinâmica do consumo alimentar dos domicílios monoparentais femininos associados aos preceitos de vulnerabilidade socioeconômica, no âmbito internacional Han (2021) analisa o consumo e renda das famílias monoparentais após a implementação do seguro social nos Estados Unidos, Li (2021) destaca as implicações entre pobreza e monoparentalidade enquanto Madhavan (2021) observa a insuficiência alimentar entre as mães-solo de Nairóbi e Abad (2021) retrata as experiências da monoparentalidade feminina no México.

Por conseguinte, pode-se inferir que os preceitos de vulnerabilidade social e econômica são latentes entre os países da África, Sudeste Asiático e América Latina, sendo estes países em desenvolvimento assim como o Brasil, todavia salienta-se a presença de aspectos de precariedade quando analisado o consumo alimentar das mães solo em países desenvolvidos como por exemplo nos Estados Unidos. Logo, ainda que os domicílios monoparentais femininos não sejam homogêneos entre si diante de múltiplas realidades e contextos sociais, observa-se uma presença expressiva de domicílios monoparentais femininos que se deparam com aspectos de vulnerabilidade social e econômica, quando analisado o consumo alimentar (Leonardo e Marais, 2017; Matos e Paiva, 2022).

Tratando-se desses preceitos, no Brasil Fernandes (2022) aborda os desafios associados à monoparentalidade feminina, enquanto Araújo (2021) observa as relações entre vulnerabilidade socioeconômica e monoparentalidade feminina. Em paralelo, Sette e Coelho (2020) destacam o padrão de consumo dos arranjos domiciliares brasileiros, enquanto Barros e Pereira (2020) analisam o consumo material e identidade da família monoparental.

Dessa forma o presente artigo tem como objetivo, identificar em que medida diferentes fatores socioeconômicos influenciam no nível de gastos com o consumo alimentar dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres. Por conseguinte, pretende-se analisar o impacto de um conjunto de variáveis socioeconômicas (nível de renda, idade, cor, região, situação censitária, taxa de alfabetização, total de filhos e possuir ou não plano de saúde), sobre o nível de gastos com consumo alimentar, no intuito de identificar se existem variáveis socioeconômicas que tendem a incidir de forma mais latente sobre o nível de gasto alimentar das respectivas famílias.

Destaca-se que para o desenvolvimento dessa pesquisa, foram utilizados dados provenientes da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2017/2018 (POF 2017/2018). Essa base de dados refere-se a última fonte de pesquisa de dados secundários disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (IBGE,2019), isto posto, observa-se que os resultados obtidos serão para o período mencionado.

Salienta-se que no ano de 2020, o mundo passou por um período pandêmico, devido a COVID-19, que por sua vez gerou inúmeros impactos e desdobramentos nos mais diversos âmbitos, inclusive no consumo das famílias e na dinâmica dos respectivos domicílios monoparentais femininos (Jesus e Oliveira, 2022). Todavia, ainda que os dados do presente artigo abarquem o período anterior a pandemia, pode-se inferir que possíveis situações de vulnerabilidade social e econômica bem como situações de risco relacionadas ao nível de gasto alimentar dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, podem ter se intensificado no decorrer dos anos.

Desse modo essa pesquisa pode sinalizar e trazer à tona questões de precariedade e de fragilidades socioeconômicas que necessitam ser amplamente abordadas inclusive no período pós pandêmico, à medida em que surgem novos dados e informações que possam ser analisadas. Outrossim, para avaliação do cenário contemporâneo, no intuito de identificar avanços e desafios, torna-se necessário estudos que tenham como base os períodos anteriores para que seja realizado um diagnóstico conciso sobre o delinear dos aspectos socioeconômicos da população, neste caso sobre os domicílios monoparentais referenciados por mulheres. Assim sendo essa pesquisa pode contribuir para estudos subsequentes que podem inclusive comparar o período pré e pós pandêmico.

Ressalta-se que o Brasil possui uma população de características múltiplas, que se relacionam aos domicílios monoparentais femininos. Diante dessa complexidade de contextos, torna-se necessária maior compreensão sobre as variáveis socioeconômicas que tendem a

incidir sobre o nível de consumo alimentar dos domicílios monoparentais brasileiros referenciados por mulheres.

A partir dessa pesquisa, pode-se elucidar a necessidade da implementação de políticas públicas mais incisivas e efetivas, com o intuito de elevar o bem estar de toda a população, além de aperfeiçoar os programas sociais e de assistência já existentes, diminuindo as precariedades no nível de consumo alimentar e a desigualdade, em que essas mães, enquanto únicas referências do domicílio, enfrentam.

Para sua consecução, além dessa seção introdutória, este trabalho está dividido em mais cinco seções. A próxima seção refere-se à revisão de literatura. A terceira seção apresenta os procedimentos metodológicos sendo sucedida pelas seções de resultados, discussão e considerações finais.

REVISÃO DE LITERATURA

De acordo com Diniz (2002) a composição da família monoparental se desvincula da ideia de um casal com filhos, uma vez que considera-se a monoparentalidade como um arranjo familiar composto pelos filhos e somente um de seus genitores, sendo no caso da monoparentalidade feminina, a mãe a única pessoa de referência³ no domicílio. Para Minamiguchi (2017), a monoparentalidade pode se configurar diante de eventos de separações, abandonos, rupturas, nascimentos, desvinculações, além de escolhas e opções individuais. Dessa forma, a partir da apresentação destes conceitos, entende-se que os domicílios monoparentais femininos referenciados por mulheres são as unidades domésticas em que se fazem presentes as famílias monoparentais femininas.

Sobre a ótica do consumo alimentar, estudos contidos no Manual do Ipea (2007), referentes ao Gasto e Consumo das Famílias Brasileiras Contemporâneas, destacam que domicílios monoparentais referenciados por mulheres tendem a encontrar-se em maior situação de vulnerabilidade devido à dificuldade de equilíbrio entre a vida familiar e limitação financeira, esta última intensificada pelas longas jornadas de trabalho, habitualmente mal remuneradas. Dessa forma para Pinheiro e Fontoura (2007), diante de limitações

³ O termo pessoa de referência no domicílio está associado a identificação de um papel familiar, daquele que é considerado o responsável pelo domicílio, inclusive em aspectos econômicos e sociais. Termo utilizado pelo IBGE na categorização dos diferentes tipos de domicílios existentes. Assim sendo, os domicílios referenciados por mulheres são aqueles em que a mulher é a única pessoa de referência, por sua vez classificados como monoparentais femininos (Medeiros e Osório, 2001).

orçamentárias, nota-se a insuficiência do consumo de alimentos em domicílios monoparentais referenciados por mulheres.

Campos *et al.* (2020) ressaltam que os sentidos da ausência de itens básicos alimentícios estão interligados com aspectos de caráter socioeconômico, destacando-se os baixos níveis de renda e escolaridade, além das desigualdades de gênero e dos desafios associados à referência única dos domicílios. Desse modo para os autores este específico cenário tende a direcionar as famílias em situações de insegurança alimentar⁴, que ainda que não seja foco deste estudo por tratar-se de uma temática associada às questões de precariedade nutricional, está paralelo ao sentido de insuficiência alimentar.

Segundo Freitas e Pena (2020), Maluf (2022) e Rocha (2022), o termo insuficiência alimentar, envolve o escopo da ausência, falta, pouca existência ou inexistência de alimentos, sendo também associado ao âmbito da fome, em que o indivíduo ou determinado grupo é privado de obter produtos que possam saciar a necessidade básica do ser humano de se alimentar, geralmente por ausência ao acesso de itens de consumo, diante de possíveis contextos de privação de recursos, vulnerabilidade e situação de risco social.

Dessa forma Santos (2020), Kobelinski (2021) e Mendonça (2023) destacam que os domicílios monoparentais femininos em condições de vulnerabilidade socioeconômica, são marcados pela insuficiência alimentar, sendo esta parte de um conjunto de precariedades que se materializam em outras insuficiências (renda, saúde, educação), reforçando assim a fragilidade social do contexto da monoparentalidade feminina.

O fenômeno da monoparentalidade no Brasil está acompanhado de questões que se fazem presentes em outras localidades no mundo. Nos países desenvolvidos, como nas regiões da Europa e EUA, as precariedades, principalmente as relacionadas ao nível de gastos com o consumo alimentar, estão associadas às condições de baixos salários, turnos reduzidos e múltiplos empregos sazonais (Mckenzie e Mckay, 2018; Moilanen, 2019; Lappan, 2019).

Nos países em desenvolvimento, especificamente na América Latina, África e Sudeste Asiático, os baixos níveis de gasto pertinentes ao consumo alimentar e disponibilidade de alimentos, quando no contexto da monoparentalidade, estão mais associados à baixa capacitação, baixos níveis de escolaridade, número de filhos e faixa etária (Sharaunga, 2016; Ene-Obong, 2017; Sirisai, 2018).

⁴ Considera-se a insegurança alimentar e nutricional um conjunto de múltiplos indicadores que englobam as dimensões nutricionais, calóricas, de acesso e disponibilidade, medida antropométricas, além das escalas de percepção de fome e da implementação de indicadores socioeconômicos como nível de renda e escolaridade (Morais *et al.* 2020).

A nível nacional, observa-se que a monoparentalidade feminina envolve uma complexa combinação de características sociais e econômicas, em grande parte amplificadas pelo próprio contexto histórico social de desigualdade de gênero, pouca capacitação, necessidade de cuidado com os filhos (de acordo com a idade dos mesmos), além dos conflitos de horários entre as diversas atividades efetuadas, ou seja, fatores que implicam diretamente sobre a renda, formas de consumo e qualidade de vida das famílias de modo geral (Bruschini, 1998; Fraser, 2002; Lavinias e Nicoll, 2006; Araújo, 2019).

De acordo com Pandey e Bardsley (2019), na maioria dos países em desenvolvimento, as mulheres, principalmente em regiões mais ruralizadas, desempenham um papel importante para garantir o abastecimento alimentar das famílias, produzindo e estabilizando o acesso aos alimentos, gerando renda, e mantendo o nível de consumo alimentar doméstico. Para os autores, mesmo quando há comida disponível, existem outros fatores que influenciam a alimentação e a nutrição das famílias, incluindo diferenças de gênero no acesso aos alimentos; padrões de distribuição de alimentos “intra-lar”; conhecimento nutricional materno e práticas de alimentação de bebês e crianças pequenas.

Segundo Alves (2019) os desafios contidos no contexto da monoparentalidade feminina, no que tange a dupla jornada e a necessidade de conciliar o tempo disponível com a execução de inúmeras tarefas, têm alterado o comportamento do consumo de alimentos nesses domicílios.

Sette (2017) afirma que, além do tempo necessário para preparar os alimentos, o contexto da monoparentalidade feminina, associado às situações de sobrecarga nas funções do cotidiano, interferem diretamente nas escolhas do consumo alimentar. Sette (2017) ainda destaca que essa dinâmica do consumo alimentar, tende a se modificar à medida que as transições familiares vão ocorrendo, através de mudanças etárias e quantidade de moradores no domicílio.

Por fim, Alves (2019) ressalta que a compreensão de que a mudança na dinâmica domiciliar tende a alterar as formas de consumo alimentar, torna-se necessária para que possíveis políticas públicas tenham como objetivo a qualidade de vida das famílias, garantido, assim, a elevação dos padrões de consumo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Realizou-se uma pesquisa de caráter quantitativo e descritivo e, para isso, foram utilizados dados secundários da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2017-2018. A POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares - tem como objetivo e principal implicação avaliar as estruturas de consumo, gastos, receitas e parte da variação patrimonial das famílias, o que possibilita a apresentação de um perfil das condições de vida da população brasileira, a partir da análise dos orçamentos domésticos (IBGE, 2019).

Sobre a população e amostra, foram analisados os domicílios brasileiros configurados por mulheres brasileiras - referências singulares dos domicílios - que se encontram em situação de monoparentalidade. Segundo o IBGE (2019), foram realizadas entrevistas em 57920 domicílios. No entanto, de acordo com as diretrizes desse artigo, para fins de operacionalização - no que diz respeito a base de dados utilizada - foram feitas filtragens de modo que fossem considerados somente os domicílios monoparentais referenciados exclusivamente por mulheres, o que restringe a amostra à quantidade de aproximadamente 4610 domicílios. As informações referentes aos rendimentos familiares, despesas, níveis de consumo e classe social do específico arranjo domiciliar foram coletadas a partir de microdados⁵ contidos na POF.

Do montante de sete questionários disponibilizados na POF, utilizou-se dados das seguintes seções: a primeira, POF-1, investigou características do domicílio e dos moradores, havendo inúmeras informações que vão desde as condições de escolaridade e saúde, até os níveis de renda total de cada domicílio; a terceira, POF-3, também conhecida como caderneta de despesas coletivas, que apurou os gastos diários da unidade de consumo e por último a POF-4, que averiguou o bloco de consumo individual.

De forma subsequente foram destacadas as variáveis socioeconômicas a serem analisadas referentes às famílias monoparentais e, consecutivamente, verificou-se os fatores estruturais e intervenientes que se relacionam ao consumo alimentar destas famílias. Como ferramenta foi utilizado o programa estatístico Stata.⁶

⁵ De acordo com Leite (2019), os microdados podem ser considerados como um conjunto de dados referentes à determinada unidade observacional (indivíduos, famílias, ambientes), sendo associados a um grande volume de informação, dada a quantidade de observações e variáveis processadas.

⁶ Considera-se o Stata como um software econométrico e estatístico, que possibilita o manuseio de grandes bases de dados (Freguglia e Procópio, 2013).

Desse modo, utilizou-se as variáveis referentes à renda, consumo, escolaridade (incluindo anos de estudo, se sabe ler e escrever e se possui graduação), cor, idade da pessoa de referência, quantidade de filhos, idade dos filhos, situação do domicílio e se possui plano de saúde.

Por conseguinte, buscou-se caracterizar as mães e seus respectivos filhos, além disso, algumas dessas informações também foram analisadas a nível regional, no intuito de apresentar possíveis disparidades. Salieta-se que sobre a variável idade dos filhos, optou-se por realizar um recorte na idade, de modo que fossem considerados somente os filhos com idade entre 0 e 14 anos, uma vez que a própria literatura infere que os indivíduos nessa faixa etária ainda carecem de maiores cuidados e acompanhamento, momento em que devem estar inseridos em instituições como creches e escolas de ensino básico e fundamental. Contudo, para a variável número de filhos, foi considerada toda prole, nas mais variadas faixa etárias, de modo que possibilitasse observar o tamanho dos domicílios, no intuito de identificar quantos indivíduos residiam em uma mesma casa.

Para a realização de uma observação concisa sobre as variáveis taxa de alfabetização e média de anos de estudo dos filhos, realizou-se um recorte - especificamente para essas variáveis - na faixa etária dos filhos, de modo que fossem considerados somente aqueles que se encontravam em idade escolar. Dessa forma para analisar a taxa de graduação dos filhos, também foi realizado um recorte de idade, no intuito de que fossem analisados somente os filhos em idade acima de 16 anos, quando o indivíduo já pode estar inserido em alguma instituição de ensino superior.

Posteriormente utilizou-se dados referentes à POF-3 e POF-4, sendo estes o bloco de consumo individual e a caderneta de despesas coletivas, respectivamente. Esses dois bancos de dados possibilitaram a observação do consumo de modo geral, considerando todos os produtos consumidos, em sua unidade monetária, o que permitiu elucidar a proporção de gastos com determinado segmento de consumo.

De modo sequencial, para a criação da variável “nível de gastos com o consumo alimentar”, após o acesso aos bancos de dados já mencionados, foi necessário trabalhar de forma mais detalhada com o arquivo de cadastro de produtos, referente a variável 9001⁷, catalogada no dicionário de variáveis da Pesquisa de Orçamentos Domiciliares 2017/2018 (POF 2017/2018).

⁷ A variável 9001 refere-se a todos os produtos catalogados e listados na categoria consumo. São todos os produtos adquiridos e consumidos por aqueles que vivem em determinada unidade domiciliar (IBGE 2019).

Ressalta-se que para obtenção de uma análise mais detalhada, optou-se por trabalhar com os dois bancos de dados (caderneta de despesas coletivas e bloco de consumo individual), uma vez que, além das despesas coletivas, é permitido à cada morador, de acordo com sua individualidade, adquirir outros bens e produtos, conforme as características socioeconômicas daquele domicílio.

Em síntese, observa-se que além do consumo alimentar coletivo e das despesas do mês referente aos mantimentos básicos, podem existir outros produtos alimentares que são adquiridos no dia a dia, como alimentos já prontos, delivery, entre outros. Além disso, dentro de um domicílio, os moradores podem adquirir produtos de forma individual, ainda que seja para uso coletivo. Dessa forma, pode-se chegar a um valor mais aproximado, da totalidade de gastos com alimentos em cada unidade domiciliar.

Uma vez feito esse procedimento, nos bancos de dados, foi necessário agrupá-los de forma única, de modo que as despesas individuais fossem alocadas de acordo com os domicílios correspondentes. Em outras palavras, foi preciso unificar as duas bases de dados, isto é, agrupar cada morador em seu respectivo domicílio, quantificando, de forma conjunta, tanto as despesas coletivas do domicílio como os gastos individuais.

Dessa forma, chegou-se ao valor total de gastos com consumo alimentar em cada residência, o que possibilitou a construção da variável “nível de gastos com consumo alimentar”. Por fim, é importante ressaltar que na apresentação da estatística descritiva, sobre os gastos com consumo alimentar, os valores referem-se a uma média mensal, ou seja, o quanto determinado domicílio gasta em média por mês na aquisição de alimentos.

Após a construção das variáveis mencionadas, no intuito de cumprir com o objetivo realizou-se uma análise à luz da estatística inferencial, de forma que fosse possível estabelecer a correlação entre as variáveis socioeconômicas destacadas e o nível de gastos com consumo alimentar. Assim, com a ajuda do Stata, estabeleceu-se um método de análise a partir da implementação de um modelo estatístico, denominado “regressão linear múltipla⁸”.

Para Moreira (2019) enquanto numa regressão linear simples é estabelecida uma relação de causa e efeito de um problema, a partir de uma relação direta entre uma variável dependente e uma única variável independente, a regressão linear múltipla permite o tratamento de duas ou mais variáveis explicativas. Dessa forma o modelo é desenvolvido pela seguinte equação:

⁸ Técnica econométrica que busca identificar um nexos matemático entre uma das variáveis a ser estudada, diante das demais, consideradas relevantes na explicação de determinado assunto (Sassi *et al.* 2011).

$$Y = b_1 + b_2X_2 + b_3X_3 + \dots + b_nX_n + e \quad (1)$$

Em que: Y representa a variável dependente a ser analisada, nesse caso o nível de gastos com alimentação, b_1 o intercepto quando todas as variáveis forem nulas, b_2 os parâmetros, ou seja, o valor esperado dadas variações em X_1 , e b_2 o valor esperado diante de variações em X_3 . As variáveis X são as variáveis independentes do modelo, nesse caso são as variáveis socioeconômicas que serão analisadas para observar a relação com a variável Y (nível de gasto alimentar), a variável e refere-se ao erro não explicado pelo modelo (Sassi,2011; Moreira, 2019).

Sendo assim, a regressão linear múltipla torna-se um notável recurso a partir do momento em que uma única variável preditora seja considerada insuficiente para explicar a variável dependente, ou seja, aquilo que pretende-se investigar, fazendo-se necessário a utilização de um conjunto de variáveis explicativas.

Para a construção do modelo estatístico, em primeiro momento, buscou-se estabelecer a relação entre o nível de gastos com consumo alimentar e o nível de renda. De forma subsequente foram criados outros modelos para que se pudesse chegar em um padrão único, mais conciso, que englobasse as demais variáveis socioeconômicas. A cada modelo criado, foi adicionado um determinado conjunto de variáveis, observando, assim, o grau de significância de cada uma delas e do padrão como um todo (R^2), de forma que fosse possível obter um modelo referencial final, mais ajustado, que possibilitasse realizar interpretações mais alinhadas e seguras, além de permitir outras interpretações a respeito dos domicílios monoparentais femininos. Ao todo, foram desenvolvidos 7 modelos estatísticos:

Tabela 1- Modelos desenvolvidos e suas respectivas variáveis.

Modelo	Variáveis
Modelo 1	<i>Dependente:</i> Gasto alimentar. <i>Independentes:</i> Renda.
Modelo 2	<i>Dependente:</i> Gasto alimentar. <i>Independentes:</i> Renda e idade.
Modelo 3	<i>Dependente:</i> Gasto alimentar. <i>Independentes:</i> Renda, idade e cor.
Modelo 4	<i>Dependente:</i> Gasto alimentar. <i>Independentes:</i> Renda., idade, cor e região.
Modelo 5	<i>Dependente:</i> Gasto alimentar. <i>Independentes:</i> Renda. idade, cor, região e situação censitária.
Modelo 6	<i>Dependente:</i> Gasto alimentar. <i>Independentes:</i> Renda. idade, cor, região, situação censitária e taxa de alfabetização (sabe ler e escrever).
Modelo 7	<i>Dependente:</i> Gasto alimentar. <i>Independentes:</i> Renda. idade, cor, região, situação censitária, taxa de alfabetização (sabe ler e escrever, total de filhos e plano de saúde.

Fonte: Elaboração Própria. Dados IBGE – POF 2017/2018.

Nas variáveis contínuas, como renda e consumo, foram utilizadas funções logarítmicas, de modo que se pudesse observar variações percentuais em seus coeficientes, o que permite maiores inferências no momento de realizar determinadas interpretações.

Sobre as variáveis categóricas, salienta-se que houve a necessidade de maior atenção e cautela no tratamento dessas, quando na construção dos modelos. De acordo com Yamamoto (2015), considera-se uma variável categórica, também conhecida como variável qualitativa, aquela que representa a classificação dos indivíduos, ou seja, se pertence ou não a determinado conjunto. Logo, essas variáveis são um importante recurso na estatística, no momento em que são observadas as questões de classificação e categorização. Para isso, identifica-se as categorias a serem utilizadas, sendo necessária a escolha de uma que seja a base a ser comparada às demais.

No caso das questões de cor, foi feita a classificação e agrupamento da amostra, sendo esta, uma categoria já utilizada pelo dicionário de variáveis do IBGE. Para esta variável utilizou-se como base a cor branca, de modo que as análises subsequentes pudessem ser realizadas em comparação a esse grupo.

Para a variável região, também considerada uma variável categórica, como categoria base, utilizou-se a região sudeste. Salienta-se que a variável situação censitária também foi disposta como categórica, por classificar os domicílios em urbano ou rural, de modo que a categoria base utilizada fossem os domicílios rurais. A variável categórica plano de saúde, teve como categoria base não possuir planos de saúde e, no que tange a variável taxa de alfabetização - se o residente no domicílio sabe ler e escrever - como categoria base, optou-se por utilizar a referência não saber ler e escrever.

Logo, chegou-se então a um único modelo de regressão linear múltipla (modelo 7), que tem como variável dependente o nível de gastos com o consumo alimentar, e como variáveis independentes, renda, idade, cor, região, situação censitária, taxa de alfabetização, total de filhos e plano de saúde. Desse modo, poderão ser obtidos resultados através da interpretação de seus coeficientes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir, a partir da Tabela 2, apresentam-se os modelos desenvolvidos e o comportamento das variáveis socioeconômicas, que mostram informações referentes ao número de observações e R^2 dos respectivos modelos, além dos coeficientes e P-valores das variáveis analisadas.

Os modelos foram condensados em uma só tabela, no intuito de demonstrar a estabilidade e rigor dos mesmos, diante da pouca oscilação de alguns valores a serem elucidados. Antes de analisar algumas informações sobre os modelos e as variáveis socioeconômicas, é necessário que se faça a discussão de alguns parâmetros e conceitos utilizados como base, para a análise dos resultados nessa seção de estatística inferencial.

Na Tabela 2 é possível observar informações referentes ao número de observações e R^2 squared de cada modelo, além dos coeficientes e P-valores de cada variável utilizada. A importância em destacar o número de observações deve-se ao intuito de ilustrar que, durante a construção de cada modelo, este valor foi pouco alterado, denotando a ideia de que mesmo com o acréscimo de outras variáveis, ele permaneceu consistente, sofrendo poucas alterações.

Ressalta-se que a mínima diferença observada entre o modelo 1 e os demais modelos, deve-se ao fato de que os entrevistados pelo IBGE não responderam determinadas perguntas, ou não concederam algumas informações, situação completamente corriqueira, tratando-se de uma pesquisa que tem amplitude nacional.

Sobre o R^2 Squared, também conhecido como coeficiente de determinação, Matos (2000) elucida que este é um índice estatístico, que permite mensurar o quanto as variáveis estão alinhadas à regressão, ou seja, o quanto aquelas variáveis podem explicar o modelo em si. Em suma, esse índice possibilita observar o quanto aquele modelo atende àquilo que se procura investigar, diante da relação das variáveis independentes (variáveis socioeconômicas) com a variável dependente (nível de gastos com o consumo alimentar). O autor ainda afirma que esse valor está aproximadamente entre 0 e 1, de forma que, quanto mais próximo de 1 melhor explicativo torna-se o modelo, ou seja, melhor ele se ajusta à amostra.

Dessa forma, após o esclarecimento desse índice, pode-se inferir que durante a construção dos modelos, à medida que outras variáveis foram adicionadas, o coeficiente de determinação, gradualmente, se aproximava do número 1, fator que mais uma vez evidencia a estabilidade dos modelos desenvolvidos, e destaca a importância do conjunto de variáveis utilizadas na análise.

Os coeficientes das variáveis representam o grau de impacto que as variáveis independentes exercem sobre a dependente, de modo que é possível observar aumentos ou diminuições de acordo com o sinal desses valores. Ressalta-se que, conforme descrito na metodologia, algumas variáveis foram transformadas na função \ln , de modo que fosse possível observar alterações percentuais, principalmente no que tange a variável renda e nível de gastos com o consumo alimentar. Em suma, a título de exemplificação, observa-se no modelo 1 a variável renda, que possui o coeficiente de 0,3970; nesse caso, a interpretação a ser

realizada seria: que o aumento de 1% no nível de renda aumenta em 0,397% o nível de gastos com o consumo alimentar.

Ainda sobre as variáveis socioeconômicas, na tabela 2 também são apresentados os P-valores. De acordo com Barrios e Marecos (2018), considera-se o P-valor um índice econométrico associado aos coeficientes das variáveis contidas no modelo que, por sua vez, possibilita identificar o grau de significância das variáveis, proporcionando a realização de interpretações verídicas e concisas a respeito daquilo que se pretende analisar. Para os autores, esse índice pode ser considerado estatisticamente significativo a partir de valores entre 0% e 0,05%, de modo que acima de 0,05% não são considerados significativos, sendo improvável a realização de maiores inferências a respeito de determinada variável.

Assim, ao observar a evolução das variáveis do modelo, torna-se também relevante a observação de seus p-valores, de modo que, uma vez pouco alterados e estatisticamente significativos, os mesmos podem reforçar a estabilidade dos modelos desenvolvidos. Sobre a variável dependente - nível de gastos com o consumo alimentar - o coeficiente apresentado, nesse caso, refere-se ao coeficiente angular da regressão apresentada, ou seja, ilustra o ângulo de inclinação da reta que melhor representa os modelos, importante sua observação durante o incremento de outras variáveis. Nesse caso, a variável nível de gastos acaba sendo mais um suporte na observação do comportamento das demais variáveis, entre si, durante a construção do modelo.

Após a apresentação de alguns índices e parâmetros utilizados, a partir da tabela 2, serão realizadas algumas análises referentes às variáveis socioeconômicas utilizadas, observando seu comportamento durante a evolução de um modelo para o outro, destacando o seu coeficiente e grau de significância, de modo que maiores interpretações possam ser realizadas.

Tabela 2 – Desenvolvimento dos modelos estatísticos

Variáveis	Modelos						
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6	Modelo 7
Nº Observações	12257	12174	12174	12174	12174	12174	12174
R² Squared	0,907	0,910	0,0951	0,1016	0,1016	0,1021	0,1089
Renda							
Coeficiente	0,3970	0,4031	0,3888	0,3831	0,3828	0,3786	0,3588
P-Valor	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
G. Alimentar							
Coeficiente	0,8508	0,8350	1,023	1,0429	1,0402	1,0198	1,1545
P-Valor	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Idade							
Coeficiente	-	-0,0009	-0,0009	-0,0007	-0,0007	-0,0007	-0,0007
P-Valor	-	0,053	0,060	0,155	0,157	0,129	0,143
Raça/cor Preta							
Coeficiente	-	-	-0,1796	-0,1566	-0,1565	-0,1570	-0,1668
P-Valor	-	-	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

Raça/cor Amarela							
Coeficiente	-	-	0,1742	0,1628	0,1625	0,1598	0,1659
P-Valor	-	-	0,184	0,219	0,221	0,229	0,212
Raça/cor Parda							
Coeficiente	-	-	-0,1133	-0,9994	-0,0997	-0,1009	-0,1106
P-Valor	-	-	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Raça/cor Indígena							
Coeficiente	-	-	0,4492	0,4352	0,4354	0,4451	0,4240
P-Valor	-	-	0,012	0,014	0,014	0,011	0,011
Sem declaração							
Coeficiente	-	-	-0,3457	-0,3311	-0,3309	-0,3275	-0,3150
P-Valor	-	-	0,093	0,111	0,111	0,117	0,127
Região Norte							
Coeficiente	-	-	-	0,1243	0,1846	0,1864	0,1660
P-Valor	-	-	-	0,000	0,000	0,000	0,000
Região Nordeste							
Coeficiente	-	-	-	-0,693	-0,6929	-0,6539	-0,0673
P-Valor	-	-	-	0,008	0,008	0,013	0,010
Região Sul							
Coeficiente	-	-	-	0,1374	0,1377	0,1381	0,1539
P-Valor	-	-	-	0,000	0,000	0,000	0,000
Região Centro-Oeste							
Coeficiente	-	-	-	-0,0295	-0,2945	-0,0277	-0,0203
P-Valor	-	-	-	0,417	0,418	0,446	0,573
Situação Censitária							
Coeficiente	-	-	-	-	0,0054	-0,0004	0,0084
P-Valor	-	-	-	-	0,856	0,999	0,781
Taxa de Alfabetização							
Coeficiente	-	-	-	-	-	0,0680	0,0698
P-Valor	-	-	-	-	-	0,021	0,021
Total de filhos							
Coeficiente	-	-	-	-	-	-	0,0840
P-Valor	-	-	-	-	-	-	0,017
Plano de saúde							
Coeficiente	-	-	-	-	-	-	-0,1094
P-Valor	-	-	-	-	-	-	0,000

Fonte: Elaboração própria.

Sobre a variável nível de renda, observa-se que essa foi a primeira variável utilizada, contida inclusive no modelo 1. Sobre seu coeficiente, nota-se pouca alteração quando observado o mesmo valor em outros modelos, havendo mínima variação entre 0,3588 e 0,4031; ademais, tratando-se do grau de significância da variável (p-valor), é possível denotar que este índice e se manteve inalterado.

A partir dessas informações pode-se concluir que a variável renda denota uma significativa representatividade no modelo citado, de modo que seu coeficiente e grau de significância sofreram pouca alteração; essa informação, mais uma vez, evidencia-se a estabilidade dos modelos. Além disso, pode-se interpretar diante do modelo 7 - o mais completo, por sinal - que o aumento de 1% na renda daqueles que compõem os domicílios

monoparentais femininos, tende a gerar o aumento de 0,3588% no nível de gastos com consumo alimentar.

Em síntese, observa-se que renda e nível de gastos estão diretamente ligados, mantendo uma relação positiva e dado possíveis incrementos à renda. Contudo, é possível destacar que aqueles que se encontram em situações precárias, no que tange o nível de renda, tendem a estar diante de maiores limitações, relativas à obtenção de produtos alimentares. Essas constatações vão ao encontro de pesquisas realizadas por Araújo (2019) e por Batista e Costa (2019). Para os autores a renda está intimamente ligada aos gastos, inclusive tratando-se dos domicílios que possuem restrições orçamentárias.

De acordo com Borges (2015), a escolha dos alimentos a serem consumidos tende a ser uma escolha complexa, em razão da influência de inúmeros fatores, como os sociais, culturais e econômicos, destacando-se o nível de renda dos indivíduos e o preço dos alimentos. Para a autora, domicílios com baixos rendimentos tendem a encontrar limitações na obtenção do que se entende como necessário para a manutenção da saúde e qualidade de vida dos indivíduos. Além disso, ressalta-se que a vida nos centros urbanos tende a limitar a produção de alimentos no próprio domicílio, como por exemplo o hábito de cultivar hortas caseiras, restringindo, assim, a obtenção de produtos saudáveis, direcionando os indivíduos à necessidade de realizarem gastos na aquisição alimentar.

Em relação à variável nível de gastos com o consumo alimentar, ainda que denominada variável dependente de coeficiente angular, compreendeu-se a importância de observar o seu P-valor, devido ao fato de que o seu grau de significância permaneceu inalterado no valor de 0,00% ou seja, sendo extremamente significativo, mesmo com o incremento de outras variáveis socioeconômicas, à medida que os outros modelos eram implementados. Este fato reforça não só a ideia do rigor dos modelos apresentados como a expressiva força da variável independente, utilizada nos modelos.

Observa-se, no que se refere à variável idade, que a mesma foi inserida a partir do modelo 2, estando presente em todos os modelos subsequentes. Ainda que o seu coeficiente, pouco expressivo em valores, tenha se mantido inalterado - de modelo para modelo - destaca-se que o seu grau de significância foi acima de 0,05% desde seu primeiro desenvolvimento, chegando a 0,143% no modelo 7, o que, por sua vez, faz com que essa variável não seja estatisticamente significativa para análise nos modelos apresentados, impossibilitando a realização de maiores inferências.

No que tange a variável cor, observa-se que a cor preta teve seu grau de significância extremamente relevante (0,00%) e inalterado. Além disso, observa-se que o coeficiente desta

variável sofreu pouca alteração, à medida que novos modelos foram implementados, oscilando entre -0,1565% e - 0,1796%. Dessa forma, utilizando como base o modelo 7, pode-se inferir que o fato de ser autodeclarado preto tende a diminuir em 0,1668% o nível de gastos com o consumo alimentar, se comparado àqueles categorizados como brancos. Este resultado corrobora com pesquisas realizadas por Silva et al. (2020) e Kobelinski (2021), uma vez que para os autores a mães-solo negras tendem a se deparar com maiores limitações na renda e consequente redução nos gastos de primeira necessidade.

Segundo Freitas (2018), em seus estudos sobre comunidades afrodescendentes, é expressivo o número de pessoas que possuem baixo consumo alimentar, principalmente quando se considera a ingestão de alimentos frescos e de maior teor nutricional, em comparação a grupos étnico-sociais. Para o autor, estas características vêm acompanhadas de outros contextos de precariedade, como os baixos índices de capacitação e remuneração. Além disso, observa-se que determinadas precariedades e vulnerabilidades, principalmente sobre indicadores de renda e consumo, tendem a ser mais presentes em determinados grupos étnico-sociais, evidenciando traços de desigualdade social.

Para Finamori (2022) os aspectos da monoparentalidade feminina se entrelaçam com a temática racial, ainda que haja uma busca pela desassociação moral e de estigmas sociais sempre atrelado a vulnerabilidade e ausência, não se deve ignorar as implicações de sua maior incidência entre mulheres negras, sobrecargas do trabalho feminino negro e a renda única enquanto no sustento familiar, o que por si só já direciona a um contexto de disparidade frente a outras dinâmicas socioeconômicas e configurações familiares.

Sobre a cor amarela observa-se que, embora seus coeficientes tenham sido pouco alterados de um modelo para o outro, no que tange seu grau de significância (p-valor), percebe-se que o mesmo possui valores acima de 0,05%, não sendo significativo para realização de maiores inferências. Outrossim, em relação a esta variável (cor), observa-se que além da cor preta foram estatisticamente significativas as categorias cor parda e indígena.

Já, em referência à cor parda, destaca-se que esta teve um comportamento semelhante à variável de cor preta, de modo que foi possível identificar pouca alternância no coeficiente, pequena alteração no grau de significância, concluindo ser esta também estatisticamente significativa, também registrada com o sinal negativo. A respeito da interpretação desse resultado, entre aqueles que se autodeclararam pardos, observa-se a mesma tendência a maior presença de traços de vulnerabilidade socioeconômica. Logo, a partir desses dados, para fins interpretativos, observa-se que o fato de ser pardo, tende a diminuir em 0,1106% o nível de gastos com consumo alimentar se comparado àqueles que se autodeclararam como brancos.

Esses resultados se assemelham com as inferências realizadas por Dutra e Carvalho (2021), pois para os autores as mães enquanto mulheres negras e pardas tendem a se deparar com contextos sociais e econômicos fragilizados, diante da precarização da renda e do consumo, sinalizando os aspectos da pobreza.

De acordo com Diniz *et al.* (2016), em seus estudos sobre desigualdades sociodemográficas no Brasil, quando se trata dos contextos de vulnerabilidade social e econômica, nota-se uma prevalência de mulheres pretas ou pardas com baixos indicadores de renda, empregos fixos, limitado nível de consumo, além de maior dependência de assistência governamental, se comparado às mulheres brancas. Ressalta-se que estes grupos sociais, uma vez que denotam maior presença de baixo nível remuneratório, tendem a possuir menor quantidade de recurso disponível para o consumo dos mais variados produtos, como os alimentos, considerados básicos para a manutenção e sobrevivência.

No que tange a cor indígena, observa-se que essa variável teve outro comportamento. Seu coeficiente sofreu pouca alteração durante o desenvolvimento dos modelos estatísticos, oscilando entre 0,4240% e 0,4492%, de modo que, no modelo 7, esse valor foi de 0,4240%. Nesse caso, pode-se inferir que o fato de ser indígena gera o aumento de 0,4240% no nível de gastos com o consumo alimentar, se comparado àqueles autodeclarados brancos. Esta constatação está em consonância com Medeiros *et al.* (2021) e Silva Maciel *et al.* (2021) os quais destacam a diversidade de alimentos consumidos pelos povos indígenas através da coleta, extrativismo e pesca, garantindo assim a subsistência alimentar.

Destaca-se ainda que para realização de uma interpretação concisa sobre essa relação observada, deve-se levar em consideração que os povos indígenas tendem a produzir seu próprio alimento, além de viverem, em grande parte, com recursos disponíveis, muitas vezes comercializados quando excedentes, o que pode gerar segurança no que diz respeito à obtenção de alimentos e recursos.

Além desta afirmativa, Silva (2013) infere que os povos indígenas, como os da região do Alto Rio Negro, por exemplo, possuem rico conhecimento e técnicas de produção alimentar, com alto capital culinário, atividades designadas geralmente pelos mais velhos, os quais exercem o manejo agrícola de produção de alimentos e das demais práticas a fim de garantir os próprios recursos.

Sobre as regiões do país, observa-se que somente as regiões Norte, Nordeste e Sul, foram estatisticamente significativas para a realização de importantes conclusões, uma vez que seus respectivos p-valores apresentaram resultados abaixo de 0,05%. Nota-se que as regiões Norte e Sul apresentaram comportamento semelhante, no que tange os valores de seus

respectivos coeficientes; em outras palavras, na primeira (região Norte) observa-se pouca alteração de seus coeficientes, oscilando entre 0,1243% e 0,1660%, mantendo seu p-valor inalterado na faixa dos 0,00%, ou seja, sendo extremamente significativo. Logo, é possível inferir que o fato de estar na região Norte tende a aumentar em 0,1243% o nível de gastos com consumo alimentar em comparação à região Sudeste.

Na região Sul, observa-se que o valor dos coeficientes também sofreu pouca alteração, oscilando entre 0,1539% e 0,1374%, mantendo seu p-valor inalterado na faixa dos 0,00%, ou seja, extremamente significativo. Assim sendo, é possível afirmar com base no modelo 7 que o fato de estar na região Sul tende a aumentar em 0,1539% o nível de gastos com o consumo alimentar. Já, sobre a região Nordeste, observa-se outro comportamento, no que tange o valor dos respectivos coeficientes, uma vez que o mesmo assume valores com sinal negativo, entre -0,0673 e -0,6930. No que diz respeito ao grau de significância, observa-se que os valores também sofreram poucas alterações, estando na faixa entre 0,008% e 0,0013%, sendo estatisticamente significativo. Paralelo a essa constatação, Canuto et al. (2019) e Bertencelo (2021) destacam a estratificação do consumo alimentar no Brasil, diante do distanciamento socioeconômico e de classes entre os domicílios do eixo Norte-Nordeste e Sudeste-Sul, de modo que a região Sul e Sudeste se destacam entre os melhores indicadores de renda e consumo do país.

Deste modo, sobre a região Nordeste, pode-se afirmar com base no modelo 7, que o fato de estar situado nesta região tende a diminuir em -0,0673% o nível de gastos com o consumo alimentar; ou seja, tratando-se deste local específico, este resultado tende a acompanhar os indicadores regionais de renda, uma vez que a região Nordeste apresenta as menores faixas de renda média do Brasil. Portanto, pode-se inferir que diante da menor faixa de renda disponível, de fato, existe maior possibilidade de que a região se encontrar, conseqüentemente, com os menores níveis de gastos relativos ao consumo alimentar. Esse resultado vai ao encontro de Nascimento e Barbosa (2021) e Tavares (2021). Para os autores os domicílios provenientes das regiões Norte e Nordeste Apresentam indicadores socioeconômicos fragilizados sendo latentes na disponibilidade suficiente de recursos e de alimentos para o consumo, inclusive entre os domicílios monoparentais femininos.

Segundo Canoso (2021), a população da região Nordeste tende a sofrer com a precariedade, relativa à disponibilidade de recursos e obtenção de alimentos, destacando-se como a região que possui maior prevalência da fome e ingestão de alimentos insuficientes. Para o autor, esta situação é decorrente de inúmeros fatores, dentre eles o próprio processo

histórico de desenvolvimento socioeconômico da região, além dos traços de desigualdade social e regional, também marcantes na região Nordeste.

Além das variáveis já apresentadas e analisadas, observa-se que as variáveis referentes a taxa de alfabetização, total de filhos e de planos de saúde foram, significativamente, analisadas a partir da estatística. Sobre a taxa de alfabetização, sobre tudo, observa-se que essa variável foi implementada a partir do modelo 6, tendo seu coeficiente oscilado minimamente entre 0,0680% e 0,0698%, mantendo seu grau de significância inalterado no valor de 0,021%, isto é, estatisticamente significativo. Dessa forma, a partir do modelo 7 pode-se inferir que o fato de saber ler e escrever, ou seja, de ser alfabetizado, tende a gerar um aumento de 0,0698% no nível de gastos com o consumo alimentar, em comparação àqueles que não sabem ler nem escrever. Essa constatação vai ao encontro de pesquisas realizadas por Beauregard *et al.* (2020) e Alves *et al.* (2021). Para os autores os domicílios monoparentais femininos estão dispostos entre aqueles que detém os menores índices de escolaridade bem como taxa alfabetização, fator que por sua vez influencia na obtenção de empregos, sendo estes menor remunerados, gerando pouca disponibilidade de consumo para recursos, destacando-se os gastos com alimentação. Assim, pode-se interpretar que esse resultado está de acordo com a ideia apontada pela própria literatura, no sentido de que o nível de escolaridade, assim como a capacitação, tende a aumentar o nível de renda e, conseqüentemente, a disponibilidade de recursos para o consumo, dentre eles o consumo alimentar.

Ressalta-se que uma vez que indivíduo possui a uma formação básica, sendo alfabetizado, o mesmo tende a possuir maiores oportunidades na obtenção de empregos melhor remunerados, aumentando o seu nível de renda, que por sua vez impacta diretamente no nível de gastos. Dessa forma, entende-se que saber ler e escrever, está diretamente associado à possibilidade de aumento no nível de gastos com o consumo alimentar.

Canuto (2019), em seus estudos a respeito das iniquidades sociais do consumo alimentar no Brasil, destaca que diante de um determinado conjunto de variáveis socioeconômicas, o nível de escolaridade e renda tende a ser um dos principais fatores que alteram a dinâmica do consumo de alimentos no Brasil, de modo que a medida que esses índices variam, observa-se maior ou menor tendência na quantidade de alimentos disponíveis. Isso quer dizer que, aqueles que possuem menores níveis de escolaridade e renda estão mais propensos a situações de precariedade.

Sobre a variável total de filhos, observa-se que a mesma foi inserida no último modelo, atingindo o coeficiente de 0,0840% e o grau de significância de 0,017%, sendo estatisticamente

significativo. Desse modo, pode-se concluir que o aumento na quantidade de 1 filho tende a aumentar em 0,0840% o nível de gastos com o consumo alimentar. Em consonância com a respectiva afirmativa, Saath e Fachinello (2018), Shmidt *et al.* (2018) e Cardozo *et al.* (2020) destacam que o número de filhos possui relação direta com a disponibilidade de alimentos disponível para consumo em famílias que possuem restrições orçamentárias, de modo que dado esse cenário induz o direcionamento de um maior percentual de recursos para efetivação do gastos com alimentos. Logo, esse resultado corrobora com o que a própria literatura aponta, paralelo à ideia de que o aumento do número de filhos tende a impactar a necessidade de maior quantidade de alimentos disponíveis para consumo, elevando, conseqüentemente, o nível de gastos com o consumo alimentar.

Além dessa relação, salienta-se que domicílios amparados por programas de transferência de renda condicionada ao acesso à educação dos filhos (estar matriculado e frequentar a escola), garantem o acesso a auxílios financeiros referentes à alimentação dos mesmos (programas como vale leite, bolsa escola, acesso a cesta básica, bolsa família), fator que tende a aumentar a disponibilidade de alimentos para consumo. Em síntese, nota-se que determinadas políticas públicas são relevantes e necessárias tanto para manutenção como para a garantia da sobrevivência das famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Tratando-se da variável planos de Saúde, presente no modelo 7, observa-se que esta atingiu o coeficiente de -0,1094% e p-valor de 0,00%, sendo estatisticamente significativa. Salienta-se que nesse resultado o que chama atenção é o sinal negativo do coeficiente, que por sua vez possibilita inferir que o fato de possuir plano de saúde tende a diminuir em 0,1094% o nível de gastos com o consumo alimentar. Essa constatação vai ao encontro de Feltrim e Hemais (2019) e Briones *et al.* (2020). Para os autores, ao observar as iniquidades do financiamento privado da saúde, observa-se uma relação inversa da cesta de consumo das famílias mais abastadas, em que aquelas que possuem recursos para arcar com planos de saúde, possuem um fluxo de consumo mais diversificado, não somente restrito ao segmento alimentar. Nesse caso, faz-se necessário observar que a pequena parcela da população (referente aos domicílios monoparentais femininos), que possui planos de saúde, tende a compor a restrita população que possui rendimentos elevados.

Salienta-se ainda que esse grupo já possui rendimentos elevados, portanto, a partir de pressupostos já apresentados, entende-se que depois de um certo nível socioeconômico as pessoas não aumentam mais a quantidade de alimentos para consumo, optando por adquirir outros itens, relacionados à educação, lazer, saúde, dentre outros segmentos de consumo,

diante de possíveis acréscimos na renda. Por isso, é compreensível que a variável plano de saúde seja representada com um sinal negativo, uma vez que essas pessoas, as que possuem plano de saúde, não tendem a expandir a curva de consumo alimentar, e sim a de outros produtos e bens.

De acordo com Malta (2017), observa-se a prevalência de indivíduos com planos de saúde privado em grupos com índices elevados de escolaridade e renda, em áreas majoritariamente urbanas e empregos fixos. Por fim, a partir dessa afirmativa, entende-se que, no caso da monoparentalidade feminina, esse grupo tende a ser o menos expressivo e com outros níveis de consumo, o que interfere no comportamento da variável plano de saúde, quando observados aqueles que possuem plano de saúde em comparação aos que não possuem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados apresentados, mediante a realização de uma estatística inferencial, destacam-se algumas conclusões. Constatou-se o rigor dos modelos, a partir da construção e análise dos mesmos, diante da pouca variabilidade dos coeficientes referentes às variáveis analisadas; além do R^2 *Squared* (coeficiente de determinação) que demonstra o quanto o modelo pode explicar aquilo que se pretende investigar, no caso, o nível de gastos com o consumo alimentar. Dessa forma, foi possível realizar uma análise concisa a respeito da relação entre as variáveis socioeconômicas e o nível de gasto com o consumo alimentar dos arranjos domiciliares monoparentais referenciados por mulheres.

De modo específico, observando as variáveis analisadas, verificou-se que a renda se mostrou como uma importante variável na construção dos modelos, sempre apresentando alto grau de significância quando observado seu P-valor. Assim, afirma-se que a renda é uma das principais variáveis que tendem a impactar a dinâmica do nível de gastos com o consumo alimentar, nos arranjos monoparentais referenciados por mulheres.

Sobre as demais variáveis, observa-se que aquelas estatisticamente significativas também demonstraram incidir sobre o nível de gastos com o consumo alimentar, o que significa que ao tratar desse assunto, considerando a monoparentalidade feminina, outras variáveis devem ser levadas em consideração, como a escolaridade, cor, região, total de filhos e saúde.

Além disso, é importante salientar que algumas variáveis tendem a proporcionar significativas reduções no nível despesas com alimentos, quando ligadas ao contexto de vulnerabilidade social, destacando-se a cor preta e parda, a região Nordeste, não saber ler e

escrever, possuir maior quantidade de filhos (nesse caso quanto mais filhos maior a necessidade de recursos) e não possuir plano de saúde (uma vez que são aqueles que tendem a possuir menores rendimentos, conforme explicado anteriormente). Logo, os domicílios monoparentais femininos, com essa sobreposição de características socioeconômicas podem estar inseridos em uma situação mais aguda de risco social em relação a outros domicílios monoparentais femininos. Ademais, de modo geral, constatou-se que diante de um compilado de fatores socioeconômicas os arranjos monoparentais referenciados unicamente por mulheres tendem a estar associados à condição de precariedade, o qual evidencia-se de forma latente quando observado o nível de gastos com o consumo alimentar.

Salienta-se, que ainda que a base de dados utilizada, não abarque indicadores socioeconômicos do período pandêmico e pós pandêmico diante da pandemia de Covid-19, a qual envolveu uma crise sanitária, social e econômica, conforme ressaltado na seção introdutória, pode-se elucidar que após o período pandêmico, determinadas condições de vulnerabilidades tenham se aglutinado. Em outras palavras, infere-se que existe uma tendência de que determinadas precariedades tenham se amplificado a partir dos inúmeros desdobramentos gerados pela pandemia, dado o número de óbitos, demissões no tocante ao mercado de trabalho, além de demais contextos que por sua vez podem trazer limitações orçamentárias e consequente restrição no consumo, inclusive para os domicílios monoparentais femininos. Esse fato traz à tona a necessidade da realização de futuros estudos que levem em conta o respectivo período de tempo, durante e depois da pandemia, tendo como foco os domicílios monoparentais referenciados por mulheres.

Ao longo dessa pesquisa, foi possível constatar que a monoparentalidade feminina é uma tipologia familiar e domiciliar, que possui marcas de disparidades que podem se tornar ainda mais complexas à medida que se agravam determinados contextos e situações, diante da desigualdade de gênero, social, racial e econômica, que direcionam essas famílias à vulnerabilidade social. Dessa forma tais precariedades são latentes inclusive tratando-se da disponibilidade de recursos para a manutenção do consumo, destacando-se o consumo alimentar, sendo este imprescindível para a manutenção da sobrevivência. Por fim cabe destacar a importância da implementação de políticas públicas e programas sociais que tenham como foco os domicílios monoparentais referenciados por mulheres, de modo que as ações sejam mais incisivas gerando assim maior grau de impacto, considerando as especificidades que englobam o contexto da monoparentalidade feminina, possibilitando incrementos na qualidade de vida e no bem estar das famílias de toda a população.

REFERÊNCIAS

- ABAD, Angélica Rodríguez. Retos y experiencias de las familias monoparentales encabezadas por mujeres madres solteras de Amacuitlapilco, Morelos. Antrópica. **Revista de Ciencias Sociales y Humanidades**, v. 7, n. 13, p. 73-94, 2021.
- ALMEIDA, Vitor; DALSENER, Thamís. Famílias monoparentais, vulnerabilidade social e cuidado. **Revista Brasileira de Direito Civil**, v. 28, n. 02, p. 77-77, 2021.
- ALVES, Taytiellen Fernandes. **Padrão da demanda de alimentos em arranjos monoparentais femininos no Brasil**. Dissertação, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa (2019). Disponível em: <<https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/27504/1/texto%20completo.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2020.
- ALVES, T. F.; COELHO, A. B.; TRAVASSOS, G. F. Fatores que afetam os índices antropométricos infantis: um enfoque nas famílias monoparentais femininas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 6141-6152, 2021.
- ARAÚJO, Cláreana Lopes de; CASACA, Sara Falcão. A vulnerabilidade à pobreza das mulheres responsáveis por famílias monoparentais no Brasil e o papel das políticas públicas. **Repositório Universidade de Lisboa** 2021.
- ARAÚJO, Victor; FLORES, Paulo. Redistribuição de renda, pobreza e desigualdade territorial no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, p. 159-182, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782017000300159&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 out. 2021.
- AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Curso de direito civil: direito de família**. Saraiva Educação SA, 2019.
- BARRIOS, Ivan; MARECOS, Cristhian. Interpretação teórica do valor p: Interpretação teórica do valor p. **Medicina Clínica e Social**, v. 2, não. 1 p. 48-49, 2018.
- BARROS, André Henrique Souza; PEREIRA, Severino Joaquim Nunes; CORDEIRO, Ruane Pereira. Mulheres no Comando! Um Estudo Sobre o Consumo Material e Identidade da Família Monoparental Feminina Brasileira. **Revista ADM. MADE**, v. 23, n. 3, p. 90-109, 2020.
- BATISTA, Andrezza Luiza; COSTA, Lorena Vieira. Choques de renda e domicílios chefiados por mulheres e: Uma análise para as regiões metropolitanas brasileiras no período de 2011 a 2015. **Anpec Anais**. São Paulo, 2019.
- BEAUREGARD, P. L. et al. Primary school reopenings and parental work. Research Group on Human. **Capital-Working Paper Series**, 2020.
- BENATTI, A. P. et al. Famílias Monoparentais: Uma Revisão Sistemática da Literatura. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, 2021.
- BERTONCELO, E. Classe social e alimentação: padrões de consumo alimentar no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, 2019.

BORGES, Camila Aparecida et al. Quanto custa para as famílias de baixa renda obterem uma dieta saudável no Brasil?. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 31, p. 137-148, 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística - IBGE. **Sidra**: Indicadores de desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3727>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Ipea na mídia**: Estudo mostra desigualdade de gênero e raça nos últimos 20 anos. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRIONES, Fernando Marcelo Armijos et al. Iniquidades nas contribuições das fontes de financiamento da saúde na Pesquisa de Orçamentos Familiares no Brasil. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v. 9, n. 2, p. 54-73, 2020.

CALLAGHAN, Mikyla A. et al. "I Don't Know Where I Have to Knock for Support": A Mixed-Methods Study on Perceptions and Experiences of Single Mothers Raising Children in the Democratic Republic of Congo. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 19, p. 10399, 2021.

CAMPOS, Jussara Maysa et al. Gênero, segurança alimentar e nutricional e vulnerabilidade: o Programa das Mulheres Mil em foco. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 1529-1538, 2020.

CANOSO, Raquel Miranda et al. O Combate à fome e o desperdício de alimentos na região Nordeste. **ÍANDÉ: Ciências e Humanidades**, v. 5, n. 1, p. 88-101, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/iande/article/view/262>

CANUTO, Raquel; FANTON, Marcos; LIRA, Pedro Israel Cabral de. Iniquidades sociais no consumo alimentar no Brasil: uma revisão crítica dos inquéritos nacionais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 3193-3212, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2019.v24n9/3193-3212/pt/>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CARDOZO, Daiane Roncato et al. Padrões alimentares e (in) segurança alimentar e nutricional no Programa Bolsa Família. **Interações (Campo Grande)**, v. 21, p. 363-377, 2020.

CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio D. Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios. Rio de Janeiro: **Ens-Cpes**, v. 120, 2018. Disponível em: <https://www.ens.edu.br/arquivos/mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-estudo-sobre-seguro-edicao-32_1_2.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020

COSTA, Fernanda Ferreira et al. Pandemia da Covid-19: impactos à renda e ao aumento do consumo de alimentos ultraprocessados. **Revista Unimontes Científica**, v. 22, n. 2, p. 1-15, 2020.

COSTA, Florença Ávila; MARRA, Marlene Magnabosco. Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 21, n. 1, p. 141-156, 2013.

DINIZ, Carmen Simone Grilo et al. Desigualdades sociodemográficas e na assistência à maternidade entre puérperas no Sudeste do Brasil segundo cor da pele: dados do inquérito

nacional Nascer no Brasil (2011-2012). **Saúde e Sociedade**, v. 25, p. 561-572, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2016.v25n3/561-572/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

DOMINGOS JR., Wellington Adilson Domingos; FONTES, Márcia. Mães responsáveis pelo domicílio: A monoparentalidade a partir da pesquisa de orçamentos familiares 2017/2018. **A Economia Em Revista-AERE**, v. 29, n. 1, p. 15-29, 2021.

DUTRA, Priscilla Tatianne; DE CARVALHO, Guilherme Paiva. Mulheres negras e pardas e cidadania. **Revista Fórum Identidades**, p. 173-188.

ENE-OBONG, Henrietta Nkechi; ONUOHA, Nne Ola; EME, Paulo Eze. Papéis de gênero, relações familiares e segurança alimentar e nutricional doméstica na sociedade matrilinear de Ohafia na Nigéria. **Nutrição Materno-Infantil**, v. 13, p. e12506, 2017. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/mcn.12506>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

FELTRIM, Luiz Felipe; HEMAIS, Marcus Wilcox. Significados de planos de saúde para consumidores de baixa renda. **Revista Pretexto**, p. 60-74, 2019.

FERNANDES, Priscila da Silva. Família monoparental feminina: desafios de ser mãe solo. **Repositório Unesp** 2022.

FRASER, Nancy. **Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero**. Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: FCC, p. 59-78, 2002.

FREGUGLIA, Ricardo da Silva. S.; PROCÓPIO, Thais, Salzer. Efeitos da mudança de emprego e da migração interestadual sobre os salários no Brasil formal: evidências a partir de dados em painel. **IPEA** 2013. Disponível em: < <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4862>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

FREITAS, Igor. Almeida.; RODRIGUES, Ivaneide. Leal. Ataíde.; SILVA Ingrid. Fabiano. Santos.; NOGUEIRA, Laura. Maria. Vidal. Perfil sociodemográfico e epidemiológico de uma comunidade quilombola na Amazônia Brasileira. **Revista Cuidarte**, v. 9, n. 2, p. 2187-200, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/cuid/v9n2/2216-0973-cuid-9-2-2187.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

FREITAS, Maria do Carmo Soares; PENA, Paulo Gilvane Lopes. FOME E PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL. Tessituras: **Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 8, n. 1, p. 34-40, 2020.

GERMANN, Caroline Bohm; DE MEDEIROS, Mara Rosange Acosta. Programa Bolsa Família, Auxílio Emergencial e Auxílio Brasil: a pobreza como foco Programa Bolsa Família, Auxílio Emergencial e Auxílio Brasil: poverty as a focus. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 6, p. 47473-47481, 2022.

HAN, Jeehoon; MEYER, Bruce D.; SULLIVAN, James X. The Consumption, Income, and Well-Being of Single Mother-Headed Families 25 Years After Welfare Reform. **National Tax Journal**, v. 74, n. 3, p. 791-824, 2021.

JESUS, Damaris; OLIVEIRA, Paola. Crises que emergem com a COVID-19: um estudo sobre os impactos biopsicossociais sofridos por famílias monoparentais. **Anima educação** 2022.

KOBELINSKI, Milena. Feminização da pobreza e famílias monoparentais: reflexões sobre os impactos dessa relação na vida das mulheres-mães. **Repositório UCS** 2021.

LAPPAN, S. N.; PARRA-CARDONA J. R.; CAROLAN; M.; WEATHERSPOON, L. Risk and Protective Factors Associated with Childhood Obesity in a Sample of Low-Income, Single Female, Parent/Guardian Households: Implications for Family Therapists. **Family Process**, p.87-112, 13 mar. 2019. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/famp.12440>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

LAVINAS, Lena; NICOL, Marcelo. Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco?. In: DADOS – **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: v. 49, n. 1, p. 67-97, 2006. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/218/21849104.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

LEITE, Ana Filipa Fonseca. **Os Microdados da IES ao Nível do Estabelecimento: O Anexo R**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade do Porto, Portugal, p. 81, 2019. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/123625/2/363907.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

LEONARDO, F. A. M.; DE MORAIS, A.G. L. Família monoparental feminina: a mulher como chefe de família. **Revista Instituto de políticas públicas de Marília**, 2017.

LEONE, Eugenia Troncoso; MAIA, Alexandre Gori; BALTAR, Paulo Eduardo. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 59-77, 2010.

LI, Qin. Mothers left without a man: Poverty and single parenthood in China. **Social Inclusion**, v. 8, n. 2, p. 114-122, 2020.

MACÊDO PAIXÃO, Kalita; ARAÚJO, F. R. A Dimensão Feminina da Pobreza: A abordagem de gênero da vulnerabilidade econômico-financeira no Brasil sob a perspectiva das famílias monoparentais. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito**, v. 32, p. e172214-e172214, 2022.

MADHAVAN, Sangeetha; CLARK, Shelley; SCHMIDT, Sara. Single mothers coping with food insecurity in a Nairobi slum. **Urban Studies**, v. 58, n. 13, p. 2703-2720, 2021.

MALUF, Renato Sérgio. Segurança alimentar e desenvolvimento econômico na América Latina: o caso do Brasil. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 15, p. 137-143, 2022.

MALTA, Deborah Carvalho et al. Cobertura de Planos de Saúde na população brasileira, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Ciência & saúde coletiva**, v. 22, p. 179-190, 2017.

MARINS, Mani Tebet; RODRIGUES, Mariana Nogueira; SILVA, Jéssica Maldonado Lago da; SILVA, Karen Cristina Martins da. CARVALHO, Paola Loureiro. Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. **Revista Sociedade e Estado**.v.36, n.2, 2021.

MATOS, O. C. **Econometria básica**. 3ª ed. São Paulo, 2000.

MATOS, P. T.; PAIVA, D. Remarriage and Stepfamilies in the 'Western Islands' of Europe: the rural Azores of Portugal in the 18th and 19th centuries. **The History of the Family**, v. 27, n. 3, p. 493-520, 2022.

MCKENZIE, Hayley; MCKAY, Fiona H. Pensando fora da caixa: Estratégias usadas por mães solteiras de baixa renda para sobreviver. **Australian Journal of Social Issues**, v. 53, n. 3, pág. 304-319, 2018.

MEDEIROS, Marcelo; OSORIO, Rafael. Arranjos domiciliares e arranjos nucleares no Brasil: classificação e evolução de 1977 a 1998. In: **Arranjos domiciliares e arranjos nucleares no Brasil: classificação e evolução de 1977 a 1998**. 2001. p. 43-43.

MINAMIGUCHI, Márcio Mitsuo. **Monoparentalidade feminina no Brasil**: dinâmica das trajetórias familiares. Tese (Doutorado em Demografia) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 152, 2017 Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-AWMPLZ>>. Acesso em: 30 mar. 2020

MOILANEN, Sanna; AUNOLA, Kaisa.; MAY, Vanessa.; SEVÓN, Eija.; LAAKSO, Maria. Leena. Nonstandard Work Hours and Single Versus Coupled Mothers' Work-to-Family Conflict. **Family Relations**, Saint Paul Mn, p. 213 - 231, 06 mar. 2019. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/fare.12353>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

MORAIS, Dayane de Castro; LOPES, Sílvia Oliveira; PRIORE, Silvia Eloíza. Indicadores de avaliação da Insegurança Alimentar e Nutricional e fatores associados: revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2687-2700, 2020.

MOREIRA, J. N. O impacto da bolsa de Chicago e do câmbio na formação do preço médio da soja no Rio Grande do Sul: Uma Análise através do modelo de regressão linear múltipla. 2019. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Administração) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Injuí, Rio Grande do Sul, Brasil.

NASCIMENTO, B. B. V; BARBOSA, L. S. Fatores sociodemográficos e nutricionais como determinantes da Insegurança Alimentar e nutricional em crianças e adolescentes no Brasil: uma revisão de literatura. **Health Sci Inst**, v. 39, n. 3, p. 205-210, 2021.

PANDEY, Rishikesh; BARDSLEY, Douglas K. Uma aplicação da Escala de Acesso à Insegurança Alimentar Doméstica para avaliar a segurança alimentar em comunidades rurais do Nepal. **Estudos de Políticas da Ásia e do Pacífico**, v. 6, n. 2, pág. 130-150, 2019. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/app5.270>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

PATRICK, S. W. et al. Well-being of parents and children during the COVID-19 pandemic: a national survey. **Pediatrics**, v. 146, n. 4, 2020.

RAMOS, EVERGENE S.; TUS, JHOSELLE. Beating the Odds: An Exploratory Study on Single Mothers' Lived Experiences in Child-Rearing Practices. **Asian Journal of Current Research**, v. 5, n. 1, p. 58-70, 2020.

ROCHA, Ellen Alves et al. Experiência de insegurança alimentar na América Latina: análise utilizando logit multinomial ordenado–2020. **Repositório Puc-Goiás**, 2022.

SAATH, Kleverton Clovis de Oliveira; FACHINELLO, Arlei Luiz. Crescimento da demanda mundial de alimentos e restrições do fator terra no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, p. 195-212, 2018.

SANTOS, Laura Mendes Toledo Dal’Ava dos. Repercussões da maternidade solitária na insegurança alimentar domiciliar, na saúde mental e na qualidade de vida entre mulheres em situação de pobreza. **Repositório UNB** 2020.

SANTOS RÊGO, Márcia Cristina. Família monoparental feminina socioeconomicamente vulnerável na pandemia. **Jus Scriptum's International Journal of Law**, v. 7, n. 1, p. 66-93, 2022.

SASSI, Cecília.; PEREZ, Felipe; MIYAZATO, Letícia.; XIAO, Ye; SILVA, Paulo. Ferreira.; LOUZADA, Francisco. Modelos de regressão linear múltipla utilizando os softwares R Estatística: uma aplicação a dados de conservação de frutas. **Anais-USP**. São Paulo, 2011.

SCHMIDT, Beatriz et al. Percepções Parentais sobre o Temperamento Infantil e suas Relações com as Variáveis Sociodemográficas das Famílias. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 34, 2018.

SETTE, Ana. Beatriz. Pereira. **Dois ensaios sobre consumo e arranjos familiares brasileiros**. 2017. 123f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2017. Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/19835>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SHARAUNGA, Stanley; MUDHARA, Maxwell; BOGALE, Ayalneh. Effects of women's empowerment on household food security in rural KwaZulu-Natal province. **Development Policy Review**, Washington, v. 20, n. 4, p. 34 - 74, 02 fev. 2016. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/dpr.12151>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

SILVA, Franklin. Paulo. Eduardo. **Plantas Alimentares Cultivadas nas roças Baniwa: mudanças e participação dos jovens**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2013.

SILVA, Juliana Marcia Santos et al. A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. **Revista Feminismos**, v. 8, n. 3, 2020.

SILVA MACIEL, Vanizia Barboza et al. Diversidade alimentar de crianças indígenas de dois municípios da Amazônia Ocidental brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 7, p. 2921, 2021.

SIRISAI, Solot; CHOTIBORIBOON Sinee; SATSUWAN Charana.; TANTIVATANASATHIEN, Praiswan; SETAPUN, Nuchiaree; DUANGNOSAN, Prangtong; THONGKAM Nattapach.; Chuangyanyong, Sasiwimon. Matriarchy, Buddhism, and food security in Sanephong, Thailand. **Maternal & Child Nutrition**, v. 13, p. 327 - 398, dez. 2017. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/mcn.12554>>. Acesso em: 06 mai. 2019.

TAVARES, Lucas Hermann da Silva; LIMA, Ana Carolina da Cruz. Segurança alimentar, composição domiciliar e pobreza no Brasil: um estudo a partir dos microdados da PNAD para o período 2004-2013. **Repositório Ipea**, 2021.

TAVARES, Mariana Miranda. Enredadas contra a fome: as redes dos movimentos sociais na aprovação do auxílio emergencial em dobro para mulheres chefes de famílias monoparentais. **Repositório UNB** 2022.

VAZ, D. V.; SANTOS, D. B.; LEICHSENRING, A. R. Duração do emprego formal e desigualdade de gênero no Brasil: o caso das famílias de baixa renda. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, RJ, v. 49, n. 2, p. 65-96, 2019.

YAMAMOTO, Jorge Kazuo; LANDIM, Paulo M. Barbosa. **Geoestatística: conceitos e aplicações**. Oficina de textos, 2015.